

**Marcus Vinícius Filgueiras Júnior**

# **COMENTÁRIOS À LEI COMPLEMENTAR 131/09**

**A Divulgação pela Internet dos Atos de  
Execução Orçamentária e Financeira da  
Administração Pública Brasileira**

Curitiba  
Juruá Editora  
2015

---

Visite nossos *sites* na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

**ISBN: 978-85-362-5112-7**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Filgueiras Júnior, Marcus Vinícius.

F475      Comentários à lei complementar 131/09: a divulgação  
pela internet dos atos de execução orçamentária e financeira  
da administração pública brasileira./ Marcus Vinícius  
Filgueiras Júnior./ Curitiba: Juruá, 2015.  
142p.

1. Direito administrativo. 2. Execuções (Direito). 3. Fi-  
nanças públicas. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)  
CDU 342.9

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1 – A LEI COMPLEMENTAR 131/09 E O OBJETO DO ESTUDO.....</b>	<b>15</b>
1.1 A “Lei da Transparência” e sua Importância para o Brasil.....	15
1.2 O Objeto do Presente Estudo, sua Delimitação e a Lei 12.527/11.....	18
1.3 Os Dispositivos Alterados e Acrescentados pela LC 13/09.....	19
1.4 O Que Foi Alterado no art. 48.....	20
1.5 O Que Foi Alterado no art. 73.....	21
1.6 A Regulamentação da LC 131/09.....	21
<b>Capítulo 2 – ANOTAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>23</b>
2.1 A LC 131/09 como Veículo de Norma Jurídica Administrativo-Financeira.....	23
2.2 O Direito Informático e o Direito Administrativo.....	27
2.3 O Princípio Republicano como Principal Vetor Hermenêutico.....	29
2.4 O Dever de Prestar Contas: Princípio Jurídico Sensível.....	31
2.5 O Princípio da Publicidade e Seus Sentidos.....	33
2.5.1 Considerações iniciais.....	33
2.5.2 A publicidade como transparência.....	34
2.5.2.1 A transparência como expressão republicana e democrática.....	34
2.5.2.2 A transparência na Constituição de 1988: dever do Estado e direito fundamental ao acesso à informação pública.....	36
2.5.2.3 Dados, informações, conhecimento e controle social.....	38
2.5.3 A publicidade como publicação oficial.....	40
2.5.3.1 Considerações gerais.....	40
2.5.3.2 A publicação e a eficácia.....	41
2.5.3.3 Os efeitos da ineficácia.....	42
2.5.4 A publicidade como forma de exteriorização.....	46
2.6 Os Limites à Aplicação do Princípio da Publicidade.....	47

2.7	Conclusões Parciais .....	50
<b>Capítulo 3 – QUEM DEVERÁ DISPONIBILIZAR AS</b>		
<b>INFORMAÇÕES .....</b>		
		<b>51</b>
3.1	Introdução .....	51
3.2	Entes Federados .....	52
3.3	As Entidades Estatais Dependentes e as Autossuficientes.....	52
3.4	Unidades Administrativas, Unidades Gestoras e Unidades Orçamentárias .....	55
3.5	Conclusões Parciais .....	56
3.6	Os Agentes Responsáveis pela Disponibilização.....	56
3.6.1	Administração pública direta dos poderes.....	57
3.6.2	Administração pública indireta.....	58
3.6.3	As instituições autônomas da República Federativa do Brasil .....	58
<b>Capítulo 4 – O QUE DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO.....</b>		
		<b>59</b>
4.1	Insuficiência dos Instrumentos de Transparência de Gestão Fiscal e o Princípio da Transparência .....	59
4.2	Atos Praticados no Decorrer da Execução da Despesa e no Momento de sua Realização .....	60
4.2.1	Os contratos e os fatos administrativos .....	60
4.2.2	O procedimento para a realização da despesa pública.....	61
4.2.3	As informações dos atos praticados no decorrer da despesa .....	62
4.2.3.1	Número do processo administrativo que veicula a despesa.....	63
4.2.3.2	Bens fornecidos, serviços prestados ou ato/fato administrativo gerador da despesa.....	64
4.2.3.3	Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento .....	65
4.2.3.4	Processo licitatório realizado.....	66
4.2.3.5	Os valores (empenhado, liquidado e pago).....	66
4.2.3.6	A classificação orçamentária da despesa com a identificação da respectiva unidade orçamentária .....	67
4.2.3.7	O prazo .....	68
4.3	A Motivação como Parte Integrante dos Atos Geradores das Despesas .....	68
4.3.1	O conceito de princípio da motivação .....	68
4.3.2	Os dados disponibilizados nos sítios eletrônicos e a motivação .....	70

4.3.3	A motivação <i>aliunde</i> e a LC 131/09 .....	71
4.4	As Informações sobre as Receitas .....	71
<b>Capítulo 5 – A NATUREZA JURÍDICA DOS DADOS</b>		
<b>DISPONIBILIZADOS NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS</b>		
<b>OFICIAIS .....</b>		
5.1	A Natureza Jurídica e sua Utilidade .....	75
5.2	O Ato da Administração e os Dados Disponibilizados são Realidades Distintas .....	76
5.3	Os Efeitos Jurídicos da Disponibilização Eletrônica das Informações .....	77
5.4	A Natureza Jurídica dos Dados Disponibilizados em Sítio Eletrônico .....	78
<b>Capítulo 6 – A DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM</b>		
<b>“TEMPO REAL” .....</b>		
6.1	Considerações Iniciais .....	79
6.2	A Disponibilização em “Tempo Real” ou em até 24 horas .....	79
6.3	A Disponibilização em “Tempo Real” e a Teleadministração.....	80
6.4	Conclusões.....	83
<b>Capítulo 7 – O SISTEMA INTEGRADO E O PORTAL ÚNICO DO</b>		
<b>SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL .....</b>		
7.1	O Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle .....	85
7.2	A Gerência do Sistema .....	86
7.3	Tecnologia da Informação e Segurança.....	88
7.3.1	Ferramentas eletrônicas de identificação de autoria (autenticidade).....	90
7.3.1.1	Assinatura eletrônica .....	90
7.3.1.2	Assinatura digitalizada .....	90
7.3.1.3	Assinatura digital.....	90
7.3.1.4	Certificação digital .....	93
7.3.1.5	Certificado digital.....	95
7.3.2	A integridade dos dados e a autenticidade do documento .....	96
7.3.3	A confiabilidade e a confidencialidade das informações.....	98
7.3.4	A disponibilidade das informações.....	101
<b>Capítulo 8 – AS SANÇÕES .....</b>		
8.1	Considerações Iniciais .....	105
8.2	A Invalidez dos Atos Geradores de Receita e Despesa .....	106
8.3	A Sanção Prevista pela Própria LRF .....	107
8.4	A Caracterização de Improbidade.....	107

---

8.5	O Crime de Responsabilidade.....	108
8.6	A Infração Político-Administrativa.....	109
8.7	Os Crimes Contra a Administração Pública .....	110
<b>Capítulo 9 – O CONTROLE DO CUMPRIMENTO DA LC 131/09.....</b>		<b>113</b>
9.1	Considerações Iniciais .....	113
9.2	Atividades Típicas de Controle na Constituição de 1988 .....	113
9.3	Controle e Transparência .....	115
9.4	Panorama do Controle da Administração Pública na Constituição Federal de 1988 .....	115
9.5	O Controle do Cumprimento da LC 131/09.....	120
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>123</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>		<b>129</b>